

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Curso: MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Especialidade:

Políticas Públicas e Desenvolvimento: Ciclo, Atores, Análise descritiva, prescritiva, racionalista e argumentativa de políticas públicas. Análise de casos práticos de políticas públicas.

**O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO
DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA**

CPF: 110.856.669-30

**Florianópolis
2024**

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa visa aprofundar o entendimento sobre o impacto das associações civis na elaboração e execução das políticas públicas em Santa Catarina, com foco na Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM). Esta instituição, caracterizada como uma associação civil sem fins lucrativos, desempenha um papel crucial no apoio aos municípios catarinenses na formulação e implementação de políticas públicas em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, assistência social, entre outras.

Ao longo deste estudo, será apresentado alguns contextos das políticas públicas em Santa Catarina, considerando as particularidades de cada município e a diversidade de desafios enfrentados. A FECAM emerge como um ator central nesse cenário, atuando como uma ponte entre os 295 municípios, os 55 Consórcios Públicos e as 21 Associações de Municípios, proporcionando suporte essencial em diferentes esferas de governança.

O objetivo principal desta pesquisa é conscientizar a população catarinense sobre a relevância da FECAM no contexto estadual e federal, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas no Estado de Santa Catarina, tendo em vista que grande parte da população desconhece sua existência atualmente. Além disso, busca-se compreender o processo envolvido na identificação das necessidades locais, na formulação das políticas e na sua execução, reconhecendo as dificuldades e peculiaridades de cada região.

Destaca-se a importância de uma abordagem contextualizada e adaptativa, que leve em consideração as características individuais de cada município. Por meio da análise da FECAM como objeto de estudo, esta pesquisa busca não apenas evidenciar a relevância das associações civis no âmbito das políticas públicas, mas também demonstrar como a colaboração entre diferentes atores pode promover um impacto positivo e significativo na qualidade de vida dos catarinenses.

Por fim, esta pesquisa se propõe a ampliar o entendimento sobre o papel das associações civis na esfera pública e a destacar a importância da FECAM como um agente fundamental na promoção do bem-estar social em Santa Catarina. Utilizando dados que são fornecidos pela instituição e realizar um embasamento teórico sobre o assunto, neste sentido, busca-se fundamentar a relevância da associação civil na formulação e execução de políticas públicas, contribuindo assim para o avanço do conhecimento e para o fortalecimento das práticas de governança no estado.

2. JUSTIFICATIVA

A presente proposta de pesquisa possui um escopo que ultrapassa os limites acadêmicos, oferecendo benefícios substanciais para a sociedade em geral. Em primeiro lugar, a pesquisa será uma fonte de informação para a população, permitindo uma compreensão mais profunda do papel desempenhado pela FECAM no Estado de Santa Catarina e sua influência direta sobre os gestores públicos, fornecendo insights sobre como a FECAM contribui na elaboração e implementação de políticas públicas. Além disso, a relevância da pesquisa se estende ao ambiente acadêmico, onde pode servir como recurso valioso de aprendizado para estudantes de Administração Pública e áreas afins. Ao compreenderem o funcionamento e a importância da FECAM, os futuros administradores públicos poderão estar mais bem preparados para enfrentar os desafios complexos da gestão pública, desenvolvendo habilidades essenciais de análise, tomada de decisão e colaboração com as organizações da sociedade civil.

Ademais, para a própria FECAM, a pesquisa representa uma oportunidade estratégica de utilizar evidências empíricas para fortalecer sua missão e aprimorar suas práticas. Ao receber insights e recomendações baseados em dados sólidos, a instituição poderá aperfeiçoar sua atuação e ampliar seu impacto na promoção do desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina, e até mesmo se tornar mais reconhecida pela população em geral.

No contexto profissional, a presente proposta de mergulhar profundamente no estudo da FECAM e seu papel nas políticas públicas oferece uma perspectiva enriquecedora e gratificante. Como graduada em Administração Pública e Pós-graduanda em Políticas Públicas, a pesquisa não apenas ampliará meu conhecimento e compreensão do campo, mas também fornecerá uma base sólida para futuras pesquisas e contribuições acadêmicas, além de potencialmente informar práticas e políticas públicas na esfera municipal e estadual.

Por fim, em última análise, a pesquisa representa não apenas uma jornada acadêmica, mas também uma oportunidade de impacto significativo no campo da administração pública e no bem-estar da sociedade catarinense como um todo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na fundamentação teórica da presente pesquisa, será abordado conceitos fundamentais relacionados a políticas públicas, organizações da sociedade civil (associações civis) e a coprodução do bem público para poder contextualizar a pesquisa e embasar a análise.

Neste sentido, para poder discorrer sobre o tema foi escolhido alguns estudiosos para esta representação na presente pesquisa.

Dentre os estudiosos, iremos discutir a teoria de Harold Dwight Lasswell (1956), que introduziu pela primeira vez, em 1936, o termo análise de Política Pública (Policy Analysis), com a intenção de estabelecer uma conexão entre a elaboração das ações governamentais e o conhecimento científico e acadêmico sobre o assunto. Seguindo essa mesma linha de ideias sobre políticas públicas, discutiremos também a teoria de Herbert Simon (1957), que explora o conceito de Policy Makers, como uma estrutura racional criada para atender às necessidades dos tomadores de decisão.

É importante ressaltar que o conceito de políticas públicas não é estático e tem evoluído ao longo do tempo. Diversas definições têm sido propostas, e uma das mais reconhecidas é a apresentada por Thomas Dye em 1984, que define políticas públicas como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer".

Outra definição influente é a de Harold Lasswell, que precede a de Dye e continua sendo amplamente utilizada. Lasswell propõe uma abordagem provocativa, perguntando "quem ganha o quê, por quê e que diferença faz". Essas questões orientam não apenas a compreensão do que constitui uma política pública, mas também oferecem um guia para análises mais aprofundadas, indicando as questões essenciais que precisam ser respondidas.

Ao nos determos nas definições de políticas públicas, corremos o risco de restringir o papel dessas ações ao realizar análises. Compreende-se que a implementação de uma política atravessa diversas fases e processos sociais. Isso envolve debates sobre ideias e formas de agir que frequentemente moldam práticas políticas específicas. Uma abordagem teórico-conceitual deve buscar uma visão abrangente do processo de formulação e implementação de políticas públicas, reconhecendo a influência de grupos na natureza política dessas ações.

Podemos entender políticas públicas como a discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo, seja ele concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas. Isso abrange o campo onde essas decisões políticas são elaboradas e aplicadas. No entanto, é importante notar que identificar uma política pública como uma abordagem para lidar com um problema nem sempre transforma essa questão em um problema público. Para que isso ocorra, uma série de fatores precisa convergir. As construções sociais em torno de um tema ou questão podem determinar a inclusão desse assunto na agenda política.

A distinção conceitual do estudo das políticas públicas enfrenta desafios desde o momento da escolha da abordagem. Quanto ao papel dos atores na determinação das políticas públicas, duas abordagens são frequentemente destacadas: a estatística e a multicêntrica.

A Abordagem Estatista concentra sua análise nos atores estatais, considerando que apenas esses atores possuem o poder de executar ações relacionadas às políticas públicas. Segundo essa perspectiva, o protagonismo na ação é atribuído exclusivamente aos atores estatais. Essa visão é defendida por Dye, que sustenta que somente esses atores têm a capacidade de implementar políticas públicas.

Por outro lado, a Abordagem Multicêntrica amplia o leque de atores envolvidos, reconhecendo uma variedade quase ilimitada de agentes. Nessa abordagem, uma ação é considerada uma política pública quando trata de um problema público, independentemente do executor da ação. Isso significa que organizações não governamentais, tanto privadas quanto não, e organismos multilaterais, entre outros, podem desempenhar o papel de protagonistas na formulação e implementação de políticas públicas. Essa abordagem permite que qualquer ator social assuma um papel ativo na condução de políticas públicas, desde que o problema em questão possua características públicas (SECCHI, L. (2014)).

Em seguida, em relação a coprodução do bem público pode ser definida como um processo de engajamento mútuo entre governantes e cidadãos, no qual ambos mobilizam recursos disponíveis na sociedade, compartilham responsabilidades e poder, visando produzir bens e serviços públicos. A coprodução é vista como uma forma de acesso a recursos da sociedade que não estariam disponíveis para os governos de outra maneira, o que pode ajudar a enfrentar a escassez de recursos e de legitimidade governamental. Além disso, ela pode contribuir para revitalizar a participação voluntária e fortalecer a coesão social em uma sociedade cada vez mais fragmentada e individualizada (ROCHA, A. C., SCHOMMER, P. C., Debetir, E., e Pinheiro, D. M. (2021)).

No entanto, a coprodução é uma tarefa complexa. Estudos que exploram processos de coprodução apontam que eles demandam e dependem da integração de elementos como transparência, informação, confiança, participação e responsabilização (accountability). Esses elementos possibilitam o engajamento mútuo de usuários e provedores regulares, ou seja, cidadãos e governantes, na realização da coprodução. Esses elementos são apresentados como condições necessárias para iniciar o processo de coprodução, mas também podem surgir como resultados desse processo, podendo ser fortalecidos, transformados, ampliados ou até mesmo prejudicados ao longo do tempo. Apesar disso, há uma lacuna na compreensão dos papéis específicos que esses elementos desempenham na coprodução e nas inter-relações entre eles. No entanto, é possível inferir que a coprodução requer a integração desses elementos para se desenvolver de maneira eficaz. (ROCHA, A. C., SCHOMMER, P. C., Debetir, E., e Pinheiro, D. M. (2021)).

Em relação a associação civil (organização da sociedade civil), esta é uma forma de organização constituída por pessoas físicas ou jurídicas que se unem de forma voluntária, sem fins lucrativos, para alcançar um objetivo comum que não seja de caráter econômico. Esses objetivos podem variar amplamente, desde a promoção de atividades culturais, esportivas, educacionais, assistenciais, até a defesa de direitos específicos ou a realização de projetos de cunho social.

A constituição de uma associação civil geralmente envolve a elaboração de um estatuto social que define seus propósitos, normas de funcionamento, órgãos de direção e administração, além dos direitos e deveres dos associados. As associações civis são regidas pelo Código Civil brasileiro e podem adquirir personalidade jurídica, o que lhes confere capacidade para realizar contratos, adquirir bens e serem sujeitos de direitos e obrigações perante a lei.

No contexto brasileiro, as associações civis desempenham um papel fundamental na sociedade civil organizada, atuando como importantes agentes de transformação social, defesa de interesses coletivos e promoção do bem-estar comum. Elas contribuem para a participação cidadã, o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento sustentável, através da mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros em prol de causas e objetivos compartilhados pelos seus membros.

Em sua concepção mais tradicional, o termo "sociedade civil" é utilizado em contraposição ao Estado, representando a população de cidadãos e suas diversas formas de organização e expressão, seja com ou sem fins lucrativos, legalmente constituídas ou informais. Esse conceito adquiriu uma conotação política específica na América Latina a partir dos anos 70. Tornou-se comum na região a expressão "sociedade civil organizada", referindo-se ao aumento da participação dos cidadãos em questões antes exclusivas da esfera pública, em prol da justiça social e da promoção de causas de interesse geral. Junto com essa nova expressão, surgiu o uso de "organizações da sociedade civil" (OSCs) para descrever os coletivos que representam uma variedade de causas e interesses difusos da população, muitas vezes relacionados ao exercício da cidadania (LANDIM (1988); LANDIM (1993); FERNANDES (1988); GARRISON (2000)).

Num contexto mais contemporâneo, "sociedade civil organizada" e "OSCs" se confundem para descrever o diversificado universo de organizações formadas livremente por cidadãos que atuam onde o Estado não atende de forma satisfatória e o mercado não demonstra interesse. Esse universo engloba desde organizações de base comunitária, focadas no desenvolvimento local e liderança de movimentos populares, até organizações intermediárias dedicadas à assessoria, pesquisa e defesa de direitos. Também inclui fundações que

implementam programas de interesse social ou financiam projetos sociais conduzidos por terceiros, além das instituições filantrópicas que prestam assistência direta a comunidades carentes. (OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S (2001)).

É importante ressaltar que as associações civis desempenham um papel crucial na democracia, influenciando o desenvolvimento das políticas públicas de várias maneiras, desde a representação de interesses até a inovação e experimentação. Neste sentido, podemos fazer uma relação com a FECAM, que é uma associação civil, que desempenha um papel relevante na promoção e na coprodução de políticas públicas municipais em Santa Catarina, atuando como intermediária entre os municípios, a sociedade civil e os governos estadual e federal, sua atuação contribui para fortalecer a governança local, ampliar a participação cidadã e melhorar a qualidade de vida da população.

Neste sentido, a FECAM é uma entidade que representa os municípios catarinenses, atuando como uma associação municipalista. A Federação é uma organização sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal promover o desenvolvimento municipal, defender os interesses dos municípios e prestar serviços de apoio técnico e assessoria às prefeituras. A entidade desempenha um papel importante na articulação política entre os municípios, na defesa de suas demandas junto aos governos estadual e federal, na capacitação de gestores municipais e na promoção de projetos e ações que visam o desenvolvimento local.

Embora seja uma entidade privada, a FECAM tem um caráter público, pois sua atuação está voltada para o interesse coletivo dos municípios e de suas comunidades. A Federação desempenha um papel fundamental no apoio e na implementação das políticas públicas nos municípios de Santa Catarina. Como uma entidade representativa dos municípios catarinenses, a instituição atua como um elo entre as prefeituras e os órgãos governamentais, contribuindo para o desenvolvimento e a execução de políticas públicas em diversas áreas, além disso, presta assessoria técnica aos gestores municipais, oferecendo suporte na elaboração e implementação de projetos e programas voltados para áreas como saúde, educação, meio ambiente, assistência social, agricultura, turismo, cultura, desenvolvimento econômico, direitos humanos, entre outras.

A Federação promove a capacitação dos servidores públicos municipais, fornecendo treinamentos e cursos para aprimorar suas habilidades e conhecimentos. Por meio de sua atuação, contribui para fortalecer a gestão pública municipal, facilitando o acesso dos municípios a recursos, informações e parcerias que são essenciais para o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, pode-se afirmar que a FECAM

desempenha um papel importante na promoção e no apoio às políticas públicas em Santa Catarina.

Além disso, cabe destacar que as associações civis podem impactar significativamente o desenvolvimento das políticas públicas de várias maneiras, como por exemplo: Representação de Interesses: As associações civis muitas vezes representam interesses específicos da sociedade civil, como direitos humanos, meio ambiente, educação, saúde, entre outros. Ao advogar por esses interesses, elas podem influenciar a formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades e demandas da comunidade; Advocacia e Pressão Política: As associações civis podem fazer lobby e pressionar o governo e os legisladores para adotarem políticas específicas ou fazerem mudanças em políticas existentes. Elas podem utilizar estratégias como campanhas de conscientização, petições, manifestações e diálogo direto com os tomadores de decisão para promover suas agendas e influenciar o processo político; Monitoramento e Fiscalização: As associações civis desempenham um papel crucial no monitoramento da implementação das políticas públicas. Elas podem coletar dados, conduzir pesquisas, realizar auditorias e avaliar o impacto das políticas no cotidiano das pessoas. Ao destacar sucessos, falhas e áreas de melhoria, podem contribuir para a prestação de contas e transparência do governo; Parcerias e Colaborações: Muitas vezes, as associações civis colaboram com o setor público, outras organizações da sociedade civil, empresas e comunidades locais para desenvolver e implementar políticas públicas eficazes. Essas parcerias podem agregar conhecimento, recursos e experiências diversas, resultando em soluções mais abrangentes e sustentáveis para os problemas sociais; Inovação e Experimentação: As associações civis muitas vezes têm mais flexibilidade e capacidade de inovar do que o setor público. Elas podem testar novas abordagens, programas e intervenções em pequena escala antes de serem adotadas pelo governo em larga escala. Essa capacidade de experimentação pode levar a soluções mais eficazes e adaptáveis para desafios complexos;

Em resumo, as associações civis desempenham um papel crucial na democracia ao envolver os cidadãos na governança e no desenvolvimento de políticas públicas que promovam o bem-estar e o interesse público. Seu envolvimento ativo e participação podem fortalecer a governança democrática e contribuir para um processo decisório mais inclusivo, responsável e eficaz.

E a Federação Catarinense de Municípios é considerada uma associação civil por várias razões, como por exemplo: Natureza Associativa: A FECAM é uma organização formada pela associação voluntária de municípios catarinenses. Ela não é uma entidade estatal, mas sim uma organização criada e mantida pelos próprios municípios para promover seus interesses e

objetivos comuns; Caráter Não Lucrativo: Assim como outras associações civis, a FECAM não tem como finalidade o lucro. Seu objetivo principal é promover o desenvolvimento dos municípios e aprimorar a gestão pública local, sem visar ganhos financeiros para seus membros ou dirigentes; Atuação em Interesse Coletivo: A FECAM atua em prol dos interesses coletivos dos municípios de Santa Catarina, buscando representá-los e defender suas demandas perante os poderes públicos estadual e federal. Suas atividades visam beneficiar toda a comunidade municipal, não apenas indivíduos ou grupos específicos; Estrutura e Funcionamento: A FECAM possui uma estrutura organizacional típica de associações civis, com uma assembleia geral composta pelos representantes dos municípios associados, uma diretoria executiva e outros órgãos de deliberação e administração. Sua gestão é baseada em princípios democráticos e participativos; Missão e Objetivos Sociais: A missão da FECAM envolve a defesa dos interesses municipais, o fortalecimento do municipalismo, a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população catarinense. Esses objetivos sociais refletem a natureza associativa e sem fins lucrativos da organização.

Portanto, a FECAM é considerada uma associação civil porque sua estrutura, funcionamento, missão e objetivos estão alinhados com os princípios e características típicas desse tipo de entidade na sociedade civil.

Sendo assim, para justificar a relação entre a FECAM, políticas públicas, associação civil e coprodução do bem público pode ser compreendida da seguinte maneira: FECAM e Políticas Públicas: A FECAM desempenha um papel fundamental na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas municipais em Santa Catarina. Por meio de sua atuação como associação civil representativa dos municípios catarinenses, a FECAM promove a articulação entre os gestores municipais, contribuindo para a identificação de necessidades locais, o compartilhamento de boas práticas e a busca por soluções conjuntas para os desafios enfrentados pelos municípios. Além disso, a FECAM também atua como interlocutora junto aos governos estadual e federal, buscando o fortalecimento do municipalismo e a defesa dos interesses municipais nas políticas e programas desenvolvidos em nível regional e nacional. Associação Civil e Coprodução do Bem Público: Como uma associação civil, a FECAM está inserida na sociedade civil organizada e desempenha um papel importante na coprodução do bem público. A coprodução do bem público envolve a participação ativa dos cidadãos, organizações da sociedade civil e governos na produção e entrega de serviços públicos e na solução de problemas coletivos. Nesse contexto, a FECAM atua como um agente de coprodução do bem público ao envolver os municípios e a sociedade civil na identificação de demandas, na formulação de políticas e na implementação de projetos

e programas que visam atender às necessidades da população e promover o desenvolvimento sustentável.

Em resumo, a FECAM, enquanto associação civil, desempenha um papel relevante na promoção e na coprodução de políticas públicas municipais em Santa Catarina, atuando como intermediária entre os municípios, a sociedade civil e os governos estadual e federal. Essa atuação contribui para fortalecer a governança local, ampliar a participação cidadã e melhorar a qualidade de vida da população.

Portanto, ao contextualizar a pesquisa dentro desses fundamentos teóricos, busca-se fornecer uma base sólida para a análise do papel das associações civis na coprodução de políticas públicas, reconhecendo a complexidade e a interconexão desses temas-chave.

4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

A pesquisa será conduzida na Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina - FECAM/SC como abordado anteriormente, tendo como público-alvo primário os gestores públicos e a população em geral de Santa Catarina. Os dados vão ser obtidos dentro da instituição, incluindo o levantamento de algumas políticas públicas que a FECAM tem apoiado tanto em nível municipal quanto estadual em Santa Catarina nos últimos tempos.

Além disso, será feito um levantamento após novembro de 2024 dos dados disponibilizados pela FECAM, para atualizar as informações sobre os novos gestores nos municípios catarinenses, considerando as eleições municipais. Isso resultará em um documento único contendo dados como o número de prefeitos (as) eleitos, os partidos políticos mais destacados em cada região do estado, entre outros.

Adicionalmente, será considerada a realização de questionários para os gestores municipais e para a população em geral, em colaboração com as entidades e suas áreas técnicas, a fim de avaliar o conhecimento sobre a FECAM e seu papel em Santa Catarina.

Para a organização dos dados levantados, está prevista uma introdução teórica para contextualizar e justificar a pesquisa, seguida pela apresentação dos aspectos relevantes da FECAM. Posteriormente, será realizada uma análise dos dados, podendo ser armazenados em documentos, planilhas e gráficos.

A fim de conduzir a pesquisa de forma abrangente e rigorosa, será adotada uma metodologia mista, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. Inicialmente, uma revisão sistemática da literatura será realizada, abrangendo estudos acadêmicos, relatórios

governamentais, documentos institucionais da FECAM e outras fontes relevantes. Entrevistas semi-estruturadas serão conduzidas com stakeholders-chave, incluindo representantes da FECAM, gestores públicos municipais e estaduais, membros da sociedade civil e especialistas em administração pública, fornecendo insights qualitativos sobre o envolvimento da FECAM na formulação e implementação de políticas públicas.

Por fim, os resultados da revisão da literatura, das entrevistas e da análise quantitativa serão triangulados para identificar padrões, tendências e insights significativos sobre o papel da FECAM no desenvolvimento das políticas públicas em Santa Catarina. Essa abordagem integrada fornecerá uma base sólida para as conclusões e recomendações da pesquisa.

5. VIABILIDADE/IMPLEMENTAÇÃO

Considerando as argumentações prévias, poderá ser implementado/disponibilizado os resultados da pesquisa na própria FECAM como um manual de orientação para os gestores municipais, especialmente durante anos eleitorais, nos quais muitos gestores públicos demandam informações para compreender o papel da instituição e como esta pode auxiliar seus respectivos municípios.

Além disso, este material poderá ser utilizado nas universidades como um exemplo de associação civil que apoia os gestores públicos, tornando-se uma fonte de conhecimento para os estudantes e a comunidade em geral. Por fim, vale ressaltar que a FECAM ocupa atualmente uma sala na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, no qual possui o título de utilidade pública. Portanto, é crucial realizar um estudo sobre uma estrutura reconhecida como tal pelos catarinenses.

Para garantir a viabilidade e eficácia na implementação dos resultados desta pesquisa, será adotada uma estratégia de disseminação e aplicação criteriosamente planejada. Inicialmente, os resultados serão compilados e organizados para criar materiais informativos acessíveis e de fácil compreensão, direcionados tanto aos gestores públicos quanto à comunidade em geral, disponibilizados em formatos digitais.

Adicionalmente, poderão ser promovidos workshops em colaboração com instituições de ensino superior, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, proporcionando um espaço para a discussão dos resultados da pesquisa e a apresentação de experiências entre os diversos stakeholders.

Além disso, os resultados poderão ser submetidos para publicação em revistas acadêmicas, visando à visibilidade e ao reconhecimento pela comunidade acadêmica,

contribuindo para o avanço do conhecimento na área de administração pública e políticas públicas. Por fim, será elaborado um relatório final detalhado dos principais achados da pesquisa, acompanhado de recomendações práticas para melhorar o papel das associações civis no desenvolvimento das políticas públicas em Santa Catarina.

6. CRONOGRAMA

DATA	OBJETIVO
agosto/2024	Início das aulas
dezembro/2024	Finalização da construção da análise teórica
junho/2025	Finalização da caracterização da Entidade
dezembro/2025	Finalização da pesquisa documental e dados
maio/2025	Conclusões Finais da Pesquisa
junho/2025	Apresentação da Pesquisa

7. REFERÊNCIAS

AGUM, R., RISCADO, P., e MENEZES, M. (2015). Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. Revista Agenda Política, volume 4, nº 2, , julho/dezembro.

FERNANDES, R. C. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: CIVICUS; Relume-Dumará, 1994.

GARRISON, J. From collaboration to confrontation: civil society/government/World Bank relations in Brazil. Washington: The World Bank, 2000.

LANDIM, L., FERNANDES, R. C. Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

LANDIM, L. A Invenção das ONGs: do serviço invisível a profissão sem nome. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

ROCHA, A. C., SCHOMMER, P. C., DEBETIR, E., PINHEIRO, D. M. (2021). Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) / Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), Florianópolis – SC, Brasil. Cad. EBAPE.BR, 19(3), Rio de Janeiro, Jul./Set.

SECCHI, L.. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. 2014.

OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S; As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. Cadernos de Pesquisa, nº 112, p. 61-83, março/2001.